

Antes e depois de editar

ESTUDOS FILOLÓGICOS



Antes e depois de editar

ESTUDOS FILOLÓGICOS

Coordenação

Ângela Correia

Carlota Pimenta

Biblioteca Nacional de Portugal

Lisboa, 2023

Antes e depois de editar
Estudos filológicos

COORDENAÇÃO

Ângela Correia
Carlota Pimenta

CAPA

«Sal», fotografia de Ângela Correia

DESIGN

TVM Designers

PRODUÇÃO EDITORIAL, REVISÃO E PAGINAÇÃO

Serviço de Atividades Culturais
e Comunicação da BNP

ISBN

978-972-565-709-6 (Ed. eletrónica)

Biblioteca Nacional de Portugal e autores, 2023

APOIOS



Centro de Linguística
da Universidade de Lisboa



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



**LETRAS
LISBOA**



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

O Centro de Linguística da Universidade de Lisboa é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00214/2020.



<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Antes e depois de editar. Estudos Filológicos <i>What's in a name?</i>	9
ÂNGELA CORREIA	
Um estudante de 40 anos	13
IVO CASTRO	
Sob o sol. Sobre repetições e descobertas filológicas	69
JOÃO DIONÍSIO	
O amor é complicado (no galego-português)	91
ÂNGELA CORREIA	
Emendas extensivas no <i>Romance de um Homem Rico</i> , de Camilo Castelo Branco	115
CRISTINA SOBRAL	
Filologia e curadoria textual: reflexões sobre uma aproximação possível	141
SÍLVIO DE ALMEIDA TOLEDO NETO	
Para uma nova edição do <i>Livro de Linhagens do Deão</i> . Análise da tradição manuscrita e da edição Mattoso/Piel	163
FILIPE ALVES MOREIRA	
Sobre a transmissão da <i>Crónica do Xarife Mulei Mahamet</i>	183
ELENA LOMBARDO	
Arrumar as gavetas antes de editar um espólio (Bernardo de Passos, 1876-1930)	201
MARTA LOURO CRUZ	
Perceval y la Cortesía	223
CARLOS ALVAR	

Para uma nova edição do *Livro de Linhagens do Deão*. Análise da tradição manuscrita e da edição Mattoso/Piel

FILIFE ALVES MOREIRA

IF/Universidade do Porto¹

Resumo

A realização da edição do chamado *Livro de Linhagens do Deão*, no âmbito da coleção *Portugaliae Monumenta Historica* da Academia das Ciências, exigiu dois estudos prévios: um dedicado à tradição textual do *Livro do Deão*, outro sobre as características da edição de José Mattoso e Joseph Piel, a edição de referência e cujo aparecimento contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do medievalismo português a partir dos anos 1980.

Este trabalho dá conta dos principais resultados obtidos nesta fase prévia. Quanto à tradição textual, apresentam-se testemunhos manuscritos recentemente descobertos ou relocados, e por isso não tidos em conta por Mattoso e Piel, e defende-se a necessidade de reavaliar o estatuto de um fragmento já conhecido por estes editores. Quanto às características da edição Mattoso/Piel, salienta-se a importância, pertinência e consequências da disposição textual adotada e discute-se o recurso ao conhecimento histórico e a segmentos textuais tirados dos dois outros nobiliários medievais portugueses conhecidos: o *Livro Velho de Linhagens* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

A preparação de uma nova edição do chamado *Livro de Linhagens do Deão*², de ca. 1340, partiu necessariamente de uma análise ponderada quer da edição de referência desta obra, a de José Mattoso e Joseph Piel (1980), quer da tradição textual atualmente conhecida. Tratou-se, por um lado, de perceber que testemunhos foram por eles conhecidos e como os avaliaram, confrontando estes dados com o que hoje sabemos; por outro, de compreender as suas opções e até que ponto essas opções condicionam o trabalho de novos editores. Vejamos cada um destes aspetos.

1 Trabalho financiado pela FCT (DL/2016/CP1367/CT002).

2 A designação pela qual a obra é atualmente conhecida deve-se a Diego Catalán (1970) e baseia-se na informação constante no colofon, que diz que o texto foi copiado em 1343 pelo escriba Martim Anes para um deão. Este anónimo deão foi, portanto, alguém que possuiu um exemplar do texto, não o seu autor nem encomendatário. A nova edição do *Livro do Deão* foi muito recentemente publicada: F. A. Moreira e J. P. M. Ferreira, *Livro de Linhagens do Deão...* A investigação para este trabalho e a edição foram realizados no âmbito do Instituto de Filosofia e do CEPESE, ambos da Universidade do Porto, e dos projetos de investigação: MELE (*Da Memória Escrita à Leitura do Espaço*, POCI-01-0145-FEDER-032673, co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e «Castilla y Portugal en la Baja Edad Media: contactos sociales, culturales y espirituales entre dos monarquías rivales» (PID2020-114722GB-I00). O ponto 1 deste trabalho retoma e reformula dados constantes da introdução da nova edição do *Livro do Deão*.

1. A tradição manuscrita do *Livro do Deão* e a edição Mattoso/Piel

A introdução da edição Mattoso/Piel dos Livros velhos de linhagens (ou seja, o *Livro Velho de Linhagens*, ca. 1280, e o *Livro de Linhagens do Deão*) dedica pouco espaço (duas páginas) à tradição textual destes dois nobiliários. Ambos aparecem, quase sempre, copiados em conjunto, e foram por essa razão editados simultaneamente, mas aqui referir-me-ei apenas ao *Livro do Deão*.

Mattoso e Piel conheciam, à partida, os dados fornecidos pelas edições prévias: a de António Caetano de Sousa (1739-1748: 145-201)³ e a de Alexandre Herculano (1860). A edição de Sousa teve como base dois manuscritos da época moderna. Um destes manuscritos era uma cópia da mão de Afonso de Torres, datada de 1634 e tendo como modelo uma cópia feita pelo célebre – e polémico – Gaspar Álvares Lousada (1554-1634); o outro era um traslado da responsabilidade de Manuel Álvares Pedrosa (falecido em 1707) e também não descendia diretamente de um exemplar medieval, mas de uma cópia do século XVII. Sousa transcreveu o texto do primeiro destes manuscritos na sua edição e indicou, à margem desta, as variantes do segundo que julgou pertinentes. Herculano, por sua vez, não conseguiu localizar nenhum dos exemplares utilizados por Sousa, mas descobriu, na então Biblioteca Real (hoje a Biblioteca da Ajuda), uma nova cópia do *Livro do Deão*, igualmente da época moderna (séc. XVII), que passarei a designar por *A1*⁴. Esta nova cópia estava incompleta por perda dos fólios finais (abrangia cerca de dois terços da obra), mas, apesar disso, o seu texto revelava-se preferível ao da edição de Sousa e foi, por isso, a base da edição de Herculano até ao ponto em que terminava, seguindo-se, a partir daí, o texto estabelecido por Sousa.

Mattoso e Piel procuraram localizar novos exemplares manuscritos do *Livro do Deão*, mas as suas buscas tiveram resultados desiguais. Por um lado, também eles não encontraram as cópias utilizadas por Sousa, e nem mesmo conseguiram localizar a cópia da Biblioteca Real desencantada por Herculano. Por outro, identificaram quatro cópias manuscritas previamente não referenciadas⁵: três integrais, todas do século XVIII (Mss. Genealógicos 21.E.24 da Torre do Tombo; COD. 1329 da BN e ms. 47-XIII-10 da Biblioteca da Ajuda) e uma parcial, de finais do século XVI (presente no ms. 291 da coleção Pombalina da BN, que passarei a designar por *L*). Duas das três cópias integrais por eles localizadas (a da Torre do Tombo e a da BN)

3 O texto desta edição teve uma tirada autónoma prévia em 1737 (hoje raríssima), a qual foi objeto de uma, também pouco comum, edição fac-similada, em 2002.

4 As siglas atribuídas a cada manuscrito são as utilizadas em MOREIRA e FERREIRA 2019-2020.

5 Podem ver-se descrições de todos os manuscritos que irei referindo na base de dados BITAGAP, a partir da ficha do Texid 1172, e em MOREIRA e FERREIRA 2019-2020: XIV-XXXV.

foram consideradas transcrições da edição de Sousa, e por isso descartadas da sua própria edição. Pelo contrário, a cópia parcial foi entendida como sendo uma transcrição direta do mesmo manuscrito medieval conhecido por Lousada e pelo copista de *A1* e, portanto, de excepcional importância. Quanto à outra cópia integral localizada por Mattoso e Piel (ms. 47-XIII-10 da Ajuda, que passarei a designar por *A2*), a avaliação que dela fizeram é pouco desenvolvida e algo ambígua. Consideraram-na diretamente relacionada com a «versão de Caetano de Sousa» (MATTOSO e PIEL 1980: 10) e de menos qualidade que esta, mas reconheceram que não é propriamente uma cópia da edição de Sousa. Não a utilizaram, contudo, no trabalho editorial, e tampouco forneceram uma descrição das suas características materiais, como, aliás, não forneceram de nenhum dos outros testemunhos.

Em resumo, as conclusões de Mattoso e Piel (ou, mais propriamente, de Mattoso, segundo é dito numa nota final que identifica as responsabilidades de cada um) (MATTOSO e PIEL 1980: 20) são que um exemplar medieval do *Livro do Deão* foi copiado por Lousada, por *A1* e (parcialmente) por *L*, tendo a cópia de Lousada sido reproduzida, direta ou indiretamente, pela edição de Caetano de Sousa e por *A2*. Mattoso e Piel dedicaram ainda algumas palavras a autores do século XVII que tiveram acesso a cópias do *Livro do Deão*, questão importante a vários títulos, mas de que aqui não me ocuparei por não se refletir na edição que levaram a cabo. Em resultado de tudo isto, Mattoso e Piel basearam a sua própria edição no texto estabelecido por Herculano (tanto na parte derivada de *A1*, como na restante, na qual o historiador oitocentista baseara a sua edição no texto da de Caetano de Sousa) e no fragmento da BN, e não tiveram em conta as leituras de nenhum dos manuscritos integrais que conheciam.

Era este o estado da questão sobre a tradição textual do *Livro do Deão* em 1980, e foi-o durante muito tempo. Que podemos hoje acrescentar, e como podemos avaliar as conclusões de Mattoso e Piel? Temos, desde logo, acesso a mais elementos. O manuscrito descoberto por Herculano foi recentemente realocado; está no mesmo local, ou seja, na Biblioteca da Ajuda, onde tem a cota 54-IX-32 (73) do fundo de avulsos. É compreensível que Mattoso e Piel não o tenham encontrado, dada a inexistência, então, de catálogos relativos a esse fundo, e também dada a heterogeneidade do mesmo: a designação de «avulsos» serve ali para um pouco de tudo, desde pedacinhos de folhas a manuscritos incompletos, mas com dezenas de fólios, como é o caso deste exemplar do *Livro do Deão*. Além desta, foi identificada, também recentemente, uma outra cópia manuscrita do *Livro do Deão*, igualmente do século XVII, que pertence à biblioteca da Casa de Palmela (num. 183), e da qual existe um microfilme na Torre do Tombo (mf. 5539). Esta cópia, que designarei por *P*, não é nenhuma das que foram utilizadas ou referidas por Sousa na sua edição; é anterior ao manuscrito *A2* e não está relacionada com *A1*. Sabe-se ainda da existência de duas

cópias aparentemente da mesma época (séc. XVII) numa outra biblioteca particular, a da Casa Cadaval, onde têm, ou tinham as cotas 1062a e 1062b⁶.

A relevância destes novos dados será facilmente compreensível. A realocização do manuscrito da Ajuda utilizado por Herculano liberta-nos da dependência da sua edição e, graças a algumas características materiais, até nos permite compreender parte dos métodos de trabalho do grande historiador, conforme explicarei noutra ocasião. O manuscrito da Casa de Palmela, não sendo cópia de nenhum dos restantes testemunhos⁷, contribuirá para um aperfeiçoamento do trabalho editorial, o mesmo acontecendo, porventura, com as cópias da Casa Cadaval.

Quanto às conclusões de Mattoso e Piel sobre a forma como os testemunhos por eles conhecidos se relacionam entre si, e também quanto aos reflexos e consequências disso na sua própria edição, penso existirem, pelo menos, quatro pontos que merecem discussão: 1) se Lousada e o copista de *A1* conheceram o mesmo exemplar medieval; 2) qual o estatuto do fragmento da BN; 3) por que razão Mattoso e Piel descartaram o manuscrito *A2* da sua edição, mesmo afirmando não ser ele uma cópia de nenhum dos testemunhos por eles conhecidos; 4) por que razão Mattoso e Piel recorreram à edição de Herculano e não diretamente à de Caetano de Sousa, a partir do momento em que termina o texto em *A1*. Concentrar-me-ei, aqui, somente no segundo destes pontos.

1.1 O estatuto do fragmento L

Para percebermos os complexos problemas que envolvem o manuscrito *L*, é necessário irmos além da breve descrição fornecida por Mattoso e Piel. Segundo estes afirmam (MATTOSO e PIEL 1980: 11), o manuscrito em questão é uma cópia do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, feita pelo genealogista Diogo Esteves da Veiga no final do século XVI com base no conhecido exemplar da Torre do Tombo (ms. 144 da Casa Forte, BITAGAP manid 1323), tendo o manuscrito medieval do *Livro do Deão* (o mesmo que viria a ser copiado por Lousada e por *A1*) servido para colmatar as lacunas textuais do início das linhagens dos Braganções e dos Godinhos⁸.

6 Estes dois manuscritos (que não pude consultar) foram descritos por TAROUCA (s.d.): 10-11, sendo esta descrição a base das respetivas fichas da BITAGAP. A partir das palavras de Tarouca, é possível formular a hipótese de que uma destas cópias, o ms. 1062a, seja o antígrafo de *P*, conforme explicado em MOREIRA e FERREIRA 2019-2020: XXXIV. Agradeço ao Professor Arthur Lee-Francis Askins o envio das descrições destes manuscritos constantes do catálogo de Silva Tarouca. A cópia deste catálogo que existia na Biblioteca Pública de Évora está atualmente em local incerto.

7 Exceto, talvez, de um dos manuscritos da Casa Cadaval, como digo na nota anterior.

8 A lacuna do início da linhagem dos Braganções existe em quase todas as numerosas cópias do *Livro do Conde*. Nos poucos casos em que isso não se verifica, o preenchimento do início dessa linhagem resulta, visivelmente, do trabalho dos respetivos copistas, os quais reuniram num todo coerente as diversas indicações sobre indivíduos das primeiras gerações dos Braganções que ocorrem em diferentes pontos do texto. A única exceção é a de um manuscrito da BNE, de cujas características me ocuparei noutra ocasião. A lacuna do início

Esta descrição, genericamente correta, não tem, todavia, em conta as palavras que Diogo Esteves deixou em diversos pontos deste seu manuscrito e que importam para melhor percebermos os seus métodos de trabalho e as características do manuscrito medieval que usou para colmatar as lacunas do *Livro do Conde da Torre do Tombo*.

Diogo Esteves revela-se, com efeito, muito rigoroso com o seu trabalho e denota ter como objetivo ser o mais fiel possível aos exemplares que estava copiando, assim como informar futuros leitores das características e das fontes deste seu traslado. O seu rigor chega ao ponto de utilizar, como ele mesmo diz num prólogo introdutório (fólio inicial, não numerado) dois tipos diferentes de letras: uma, a que chama «letra latina», usa-a para o corpo do texto e para notas marginais constantes já dos manuscritos que estava copiando; outra, a que chama «letra de fazenda»⁹, usa-a para anotações marginais que são de sua inteira responsabilidade e, por isso, não copiadas de manuscrito algum. Vale a pena atentar nas suas palavras relativas às passagens em que recorreu ao tal manuscrito antigo.

No fólio 237, após terminar de copiar o parágrafo 4 do título 37¹⁰ do *Livro do Conde*, Diogo Esteves redige uma «Declaração». Diz aí que, no exemplar da Torre do Tombo, a este parágrafo se segue o parágrafo quinto, encabeçado por Garcia Pires Ladrão¹¹, o qual, neste seu traslado, vai copiado mais adiante, com início no fólio 241. Mas – prossegue – do conteúdo desse parágrafo de Garcia Pires «Ladrão» se vê claramente que não há ligação com o que o antecede e que, por isso, houve erro na cópia da Torre do Tombo, que deixou por copiar partes do texto, o que ainda se comprova pelo facto de não existir nessa cópia nenhuma indicação de começar o título 38, passando-se imediatamente do 37 para o 39. Mas Diogo Esteves preencheu essa lacuna, assim como uma outra, situada um pouco mais à frente, após o parágrafo 12 desse mesmo título 37, relativo a Ouroana Mendes, filha de Mendo Alão de Bragança. Eis, em palavras suas, como o conseguiu e como procedeu:

da linhagem dos Godinhos, por sua vez, não será, em rigor, uma lacuna, embora tenha sido interpretada como tal por Diogo Esteves da Veiga. É interessante notarmos que, na sua edição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Mattoso recorreu ao texto do *Livro do Deão* para colmatar a lacuna do início da linhagem dos Braganços. Este facto, apesar de corretamente sinalizado por Mattoso, nem sempre é tido na devida conta em estudos sobre o *Livro do Conde*.

- 9 São interessantes de ler as considerações que Rafael Bluteau tece sobre este tipo de letra, cujo uso se manteve até muito tarde: BLUTEAU 1712-1728: 88. Devo esta referência a Pedro Pinto, a quem agradeço.
- 10 Contrariamente ao que sucede com os outros dois nobiliários, o do Conde D. Pedro está dividido em títulos, por sua vez subdivididos em parágrafos.
- 11 Este «Ladrão» é, muito provavelmente, deturpação de «Ledrão», nome derivado do senhorio de Ledra, que lhe pertencia. Veja-se PIZARRO 1999: 232.

E querendo eu alcançar a uerdade disto achei hũ *Liuro* muito antigo E uelho em *Lixboa* em poder de *Miguel* Godinho de Castel branco grande escodrinhador de linhagēs que me tirou de toda a duuida (o que foy no anno de 1592) Porque uindo a tratar dos Braganções diz *Tittolo* xxxbij dos Braganções que começa em dom Mendo Alam de Bragança E dos que delle descenderõ. E logo indo discorrendo por seus §§ uay continuando atte dar no dito § de dõ Graçia Pirez Ladrão fl. 241¹² Por onde fica claro o *que* digo *que* houue erro ao tresladar E o dito erro passou ainda mais auante porque em se acabando o dito § de dona Ouroana Meendes fl. 248 começa *Tittolo* xxxix de dõ Fafez Luz que ueo cõ o Conde dõ Henrique *etc.* E no dito *liuro* antigo E uelho que acima digo começa esta linhagē dos Fafez de muito mais tempo atras per esta ordē *Tittolo* dos Godinhos E Fafez Este Conde [238r] dõ Fafez Sarracīs *etc.* como se ue a fl. 248 *volta* Por onde não somente ficou por tresladar no dito *liuro* o que acima diguo dos Braganções mas ainda este *capitulo* dos Godinhos. E Fafez. E por eu querer dar a estas linhagēs o principio *que* lhe da o dito *liuro* antigo E uelho, o tresladei aqui, mayormente por me parecer que por erro, como diguo, se não escreueo no dito *liuro* do Conde dom *Pedro* donde se este treslada. Valha o que ualer, a my assi mo pareceo E por isso o escreueo cõ a declaração dita. E declaro que quoãto ao intitular dos §§ sera assi E da maneira *que* no dito *liuro* do Conde dom *Pedro* esta escripto nomeando o de dõ Gracia Pirez Ladrão por quinto como elle nomea E assi os mais como estão porẽ os Braganções debaixo do *tittolo* 38 cõ o dito principio E o de dõ Fafez Luz fl. 250 debaixo do *tittolo* xxxix, como esta escripto, sem embargo de ficar intitulado pellos mesmos 39 o principio da linhagem, que começa Este Conde dom Fafez *etc.* fl. 248 *volta* E cõ esta declaração comeca o *tittolo* 38 *segundo* o dito *liuro* antigo E uelho¹³.

Qual era esse «livro antigo e velho» com que Diogo Esteves preencheu as lacunas do *Livro do Conde D. Pedro* da Torre do Tombo? É evidente que, a julgar pelos segmentos copiados, o seu conteúdo era quase idêntico ao dos testemunhos do *Livro do Deão* atualmente conhecidos, circunstância que, certamente, levou José Mattoso e Joseph Piel a identificarem-no com este nobiliário medieval. Julgo, porém, que essa identificação, embora não possa ser rejeitada, encontra algumas dificuldades, se, como parece razoável, confiarmos nas palavras de Diogo Esteves e aceitarmos o

12 Remissões deste tipo referem-se sempre às folhas da sua cópia, isto é, o próprio ms. L. Veja-se o que digo mais adiante.

13 Mais à frente (fl. 248r), imediatamente antes do ponto onde começa o segundo excerto copiado do livro antigo, há outra declaração, bem menos extensa e relevante: «O que se segue na uolta desta folha atte onde diz E fez em ella a molher de *Lowrenco* esteues de moles fl. 249 se tresladou do dito *liuro* antigo E uelho que achei na mão de *Miguel* Godinho de Castel brãco de que digo desde as fl. 237 tee as fl. 238».

pressuposto de que ele se limitou a copiar escrupulosamente as palavras desse velho manuscrito nos segmentos em que o utilizou.

O que primeiro salta à vista nesses segmentos são as epígrafes iniciais, com indicações explícitas de títulos. Que essas epígrafes constavam do tal livro antigo, depreende-se não apenas da atitude de Diogo Esteves, de fidelidade às suas fontes, mas também das suas palavras na declaração atrás transcrita, nomeadamente quando diz: «Porque uindo [o livro antigo] a tratar dos Braganções diz *Tittolo xxxbiiij* dos Braganções que começa em dom Mendo Alam de Bragança E dos que delle descenderõ». E também quando diz: «no dito *liuro* antigo E uelho que acima digo começa esta linhagẽ dos Fafez de muito mais *tempo* atras per esta ordẽ *Tittolo* dos Godinhos E Fafez Este Conde dõ Fafez Sarracıs». E ainda quando justifica a insólita existência, nesta sua cópia, de duas epígrafes do título 39: «E o de dõ Fafez Luz debaixo do *tittolo xxxix*, como esta escripto, sem embargo de ficar intittulado pellos mesmos 39 o principio da linhagem». Estas epígrafes terão sido, portanto, copiadas do livro antigo que pertencia a Miguel Godinho Castelo Branco, mas nem elas equivalem às epígrafes correspondentes nos testemunhos conhecidos do *Livro do Deão* («Aqui começa o linhagem dos Braganções» e «Aqui se começa o linhagem do conde D. Fafes Sarracins onde vem os Godinhos que vem do nobelissimo sangue dos Godos» (MATTOSO e PIEL 1980: 161; 186)), nem este tem uma organização explícita em títulos, nem, se a tivesse tido, a sua numeração corresponderia à que aqui vemos. Este facto lança algumas dúvidas sobre a identificação do tal livro antigo copiado nestes segmentos do ms. L com uma cópia do *Livro do Deão*.

Não apenas nas epígrafes, mas também no interior dos segmentos copiados do tal livro antigo, vemos referência a títulos, concretamente no início da linhagem dos Godinhos: «E dõ Egas Fafez que seue casado cõ dona Orraca mendes de Sousa irmã de dõ *Gonçalo* de Sousa o boo, como se mostra no *tittolo 22*». Esta remissão para o título 22 não existe, obviamente, nos testemunhos conhecidos do *Livro do Deão*. E importa notar o seguinte: sempre que Diogo Esteves introduz remissões para passagens deste seu manuscrito, utiliza o sistema, aliás comum na época, de se referir a folhas¹⁴. Dificilmente haverá, por isso, outra razão de ser para esta remissão que não a sua existência no livro antigo: a ter sido ela da responsabilidade de Diogo Esteves, remeteria para uma folha, não para um título. Assim sendo, esta é mais uma razão para duvidar de que o livro antigo fosse uma cópia do *Livro do Deão*, no qual não existe nenhum título 22. Caso semelhante ao desta remissão é, também no início da linhagem dos Godinhos, a de outra: «Este conde dõ Fafez Sarracız foy casado como açima diz cõ dona Ouroana Médiz de Bragança fl. 248». A remissão para a folha 248 é, sem dúvida, da responsabilidade de Diogo Esteves; mas aquele «como

14 Este é um sistema muito cómodo, pois bastava introduzir o sinal «fl.» em cada remissão e deixar, após esse sinal, um espaço em branco que seria preenchido posteriormente, quando a cópia estivesse terminada.

açima diz» deve ter sido copiado do tal livro antigo, porque não corresponde à forma usada nas remissões internas para o próprio ms. *L*. Acresce que nos testemunhos conhecidos do *Livro do Deão*, não há alusões prévias a esse casamento.

Há, portanto, razões para pensarmos que o livro antigo referido em *L* poderia ser um nobiliário medieval que não o do Deão, ainda que de alguma forma aparentado com este (ou uma versão diferente do *Livro do Deão*). Naturalmente, a interpretação do estatuto de *L* tem consequências na fixação do texto do *Livro do Deão*, nomeadamente em passagens em que as divergências entre este manuscrito e os testemunhos deste nobiliário que abrangem as linhagens dos Bragançãos e dos Godinhos (os mss. *P*, *A2* e a edição de Caetano de Sousa, representante de dois manuscritos desconhecidos) afetam o conteúdo. Grande parte destas divergências diz respeito à presença ou ausência de palavras ou segmentos relativamente extensos. Veja-se, como exemplo, o início da linhagem dos Godinhos:

<i>L</i>	Outros testemunhos ¹⁵
<p>Titollo xxxix Dos Godinhos e Fafez</p> <p>Este conde dô Fafez Sarraciz foy casado como acima diz cõ dona Ouroana Médiz de Bragança e fez ã ella ao dito dô Godinho Fafez o uelho. E este dô Godinho Fafez o uelho foy casado cõ dona [espaço em branco] e fez ã ella Dõ Fafez Luz que foy muy boo e ricomẽ muito honrado e foy Alferes do Conde dô Anrique e ueyo cõ elle a Portugal</p>	<p>Aqui se começa o Linhagem do Conde D. Fafes Sarracins onde vem os Godinhos que vem do nomelissimo [sic] sangue dos Godos</p> <p>Este D. Fafes Sarracim foi cazado com D. Ouroana Mendes irmã de D. Fernão Mendes o Velho de Bargaça, e foi bom rico homem, e morreo com grão peça de Cavaleiros quando lidou ElRey D. Garcia de Portugal com ElRey D. Sancho de Castella, e foi entom prezo elRey D. Garcia delRey D. Sancho seu irmão e fege nella D. Godinho Fafez, o que edificou fonte arcada, e o coutou, e este D. Godinho foi cazado, e fege nella D. Fafez Luz <i>que</i> foi bom rico homem, e Alferes do Conde D. Henrique</p>

15 Transcrevo a edição de Caetano de Sousa, p. 191. As divergências de *A2* e *P* não têm relevância para o que aqui me interessa.

Em casos como este, a tendência da edição de Mattoso e Piel, que não têm dúvidas quanto à identificação do texto de *L* com o *Livro do Deão*, é a de reunir todas as passagens, assumindo assim, implicitamente, que as divergências resultam sempre de omissão dos copistas, ora de *L*, ora dos restantes testemunhos (ou do seu antecedente comum). Eis, nesse sentido, como editam o início da linhagem dos Godinhos¹⁶:

AQUI SE COMEÇA O LINHAGEM DO CONDE DOM FAFES SARRACINS, ONDE VEM OS GODINHOS, QUE VEM DO NOBELISSIMO SANGUE DOS GODOS

Este dom Fafes Sarracins foi casado com dona Ouroana Mendes, irmã de dom Fernão Mendes, o Velho, de Bargaça, e foi bom rico homem, e morreo com grão peça de cavaleiros, quando lidou el rei dom Garcia de Portugal com el rei dom Sancho de Castela, e foi entom preso el rei dom Garcia d'el rei dom Sancho, seu irmão. E fege em ela dom Godinho Fafes, o Velho, o que edificou Fonte Arcada e o coutou. E este dom Godinho foi casado com dona –, e fege em ela dom Fafes Luz, que fui mui bom rico homem, muito honrado, e foi alferes do conde dom Henrique, e veio com ele a Portugal.

Se, porém, aceitarmos a validade dos raciocínios atrás expostos, e, conseqüentemente, a dúvida sobre o estatuto do texto antigo copiado em *L*, é inevitável que nos questionemos sobre a legitimidade, ou a pertinência, deste critério. Adotando-o, estaremos a corrigir falhas decorrentes da transmissão manuscrita do *Livro do Deão*, ou a construir um texto que nunca existiu?

2. A edição Mattoso/Piel: disposição textual

Vejamos agora algumas importantes opções da edição Mattoso/Piel e como essas opções podem condicionar novas edições. Nunca será demais salientar que a edição Mattoso/Piel dos nobiliários medievais portugueses¹⁷ é uma excelente edição que representou um grande e indelével passo em frente com respeito às suas antecessoras, resolvendo vários problemas de uns textos por vezes de muito difícil compreensão, ou visivelmente deturpados, e tornando-os facilmente consultáveis. Poucas edições (se alguma) de textos medievais portugueses tiveram tanta importância no desenvolvimento de estudos de vários tipos sobre essa época. Sobretudo o grande impulso que o estudo da nobreza portuguesa dos séculos XII a XIV conheceu a partir dos anos 1980 está diretamente relacionado com estas edições, sem as quais seria impensável. Mas, justamente por tudo isto, a edição Mattoso/Piel

16 Cito, por comodidade, em texto corrido, não adotando a disposição gráfica desta edição, da qual me ocuparei mais à frente.

17 No caso do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a edição é de inteira responsabilidade de José Mattoso.

dos nobiliários, e neste caso a do *Livro do Deão*, não pode deixar de condicionar o trabalho de novos editores deste mesmo texto¹⁸.

Um dos aspetos em que isso se verifica é o da disposição e organização textual, tanto do ponto de vista gráfico, como no da divisão em unidades de sentido. Para percebermos a importância destas questões, importa atentar, brevemente, na forma como o texto se apresenta nos testemunhos existentes e nas edições prévias à de 1980. Em todas as cópias conhecidas, o texto do *Livro do Deão* aparece de forma compacta, entremeadado apenas por epígrafes, tal como muitos outros textos em prosa. Esta disposição, certamente a original, foi mantida pelas edições de Caetano de Sousa e de Herculano, mas constitui, como facilmente se compreenderá, um potencial obstáculo à leitura e consulta de um texto do tipo genealógico, cujo conteúdo é constituído, em 70 a 80%, por nomes próprios e respetivas relações de filiação. Quem estivesse interessado na identificação e/ou filiação de tal ou tal indivíduo teria, as mais das vezes, de passar por uma penosa busca por entre uma massa de nomes e indicações de relações de parentesco. E se a edição de António Caetano de Sousa tinha um índice final de nomes (embora muito pouco prático, por razões que aqui não cabe desenvolver), a de Herculano, aliás notável a vários títulos, nem isso tinha¹⁹.

Para obviar a estas dificuldades e tornar o texto facilmente consultável, José Mattoso²⁰ recorreu a uma série de estratégias. Por um lado, tratou o texto de modo a tornar visíveis as relações de filiação e a sucessão de gerações, utilizando, para isso, uma disposição gráfica que vinha sendo adotada, de há muito, em textos deste tipo; por outro lado, criou um sistema de classificação alfanumérico para a sucessão de gerações, tudo segundo o seguinte modelo:

A	1.	X casou com Y e fez em ela a b [Descendência de b]
B (de A ₁)	2.	a casou com c e fez em ela d e [Descendência de e]
C (de B ₂)	3.	d casou com f e fez em ela g h

18 Particularmente, edições em formato físico. Nem todas as questões de que tratarei se aplicam, ou se aplicam da mesma maneira, a edições digitais.

19 A reedição do texto desta edição levada a cabo nos anos 1960 contornou parcialmente esta dificuldade, incluindo um índice onomástico.

20 Assim digo, e não José Mattoso e Joseph Piel, em virtude da nota que identifica as responsabilidades de cada um, e à qual já aludi: MATTOSO e PIEL 1980: 20.

A adoção deste sistema tem, pelo menos, três importantes consequências práticas: torna a mancha gráfica menos pesada, possibilita a localização cómoda dos diferentes indivíduos ao longo do texto e, por via disso, permite a elaboração de índices (onomásticos, toponímicos e ideográficos) especialmente claros e eficazes.

A construção deste sistema de referência e correlativa indexação exige, pelo menos, dois requisitos. É necessário, antes de mais, identificar corretamente todas as passagens em que o mesmo indivíduo é mencionado, ainda que o seja de formas diferentes (por erros de copistas ou por outras razões). Paralelamente, é necessário dividir com precisão o texto em segmentos (aos quais podemos chamar, por facilidade de expressão, «linhagens»). O primeiro destes requisitos é, geralmente (mas nem sempre), facilitado pelo próprio texto, através do recurso a expressões do tipo «Este/esta X», «X suso dito», «Ora tornemos a X», «X irmão/irmã de Y», e outras do mesmo tipo. O segundo levanta vários problemas.

A delimitação e numeração de segmentos textuais é imprescindível para a construção do sistema, pois é ela que fornece o primeiro elemento distintivo a ser utilizado nos índices e em citações. De acordo com o modelo atrás deixado, se estivéssemos a falar da terceira linhagem do livro, a entrada do índice relativa ao indivíduo *d*, por exemplo, remeteria para «3B2» e «3C3», da seguinte forma:

D: filho de *a*, casado com *f*: 3B2, 3C3.

Pode, à primeira vista, pensar-se que a um editor do *Livro do Deão* que utilize este sistema basta numerar as unidades textuais – as «linhagens» – indicadas como tal pelo próprio texto. Todavia, as coisas não são assim tão simples. De facto, no texto do *Livro do Deão*, tal como o conhecemos, é possível detetar duas organizações textuais distintas. Na sua edição, Mattoso e Piel não seguiram completamente nenhuma delas. Novos editores podem, por isso, não se sentir obrigados a reproduzir, neste aspeto, as opções da edição de 1980; mas convém que tenham presentes as possíveis consequências dessa sua atitude.

Tal como já disse, o texto aparece, nos testemunhos conhecidos e nas edições prévias à de 1980, entremeadado por epígrafes: 24²¹ no total. Dir-se-ia, por isso, que o texto se divide em 24 unidades, ou «linhagens». Contudo, o prólogo da obra refere o nome de 30 indivíduos que viveram no tempo do rei Afonso VI de Castela e Leão (r. 1065-1109) e aos quais considera os «padroens onde descendem os filhos d'algo» (MATTOSO e PIEL 1980: 62). O prólogo indica, assim, que a estrutura do livro é uma sucessão de trinta linhagens, encabeçadas por cada um desses indivíduos. Embora alguns desses fundadores não voltem a ser mencionados (Mattoso e Piel notaram isso mesmo, sendo essa uma das razões que os levam a falar num texto original que seria mais extenso do que o conhecido; MATTOSO e PIEL 1980: 18), as divergências

21 25 em A2, que visivelmente acrescentou por sua conta uma nova epígrafe.

entre as epígrafes e o prólogo não se explicam apenas, como veremos, por esse facto. Mattoso e Piel, por sua vez, dividem o texto em 23 unidades numeradas (segundo o exige o sistema que adotam). A seguinte tabela sistematiza estas três divisões:

Prólogo	Epígrafes	Ed. Mattoso/Piel
Egas Gomes de Sousa		1 [Sem epígrafe]
Gonçalo Trastamires da Maia	Irmãs de Gonçalo de Sousa	2 Irmãs de Gonçalo de Sousa
Mendo Alão de Bragança	Ouroana Mendes, irmã de	3 Ouroana Mendes, irmã de
Egas Gosendes de Riba do Douro	Gonçalo de Sousa	Gonçalo de Sousa
Moninho Veegas de Riba do Douro	Urraca Mendes, irmã de	4 Urraca Mendes, irmã de
Pedro Truitosendes de Pavha ²²	Gonçalo de Sousa	Gonçalo de Sousa
de Riba do Douro	Mendo, o Sousão	5 Mendo, o Sousão
Suer Guedaz, o da Vársea	Gonçalo Trastamires	6 Gonçalo Trastamires
Fafes Serraciis de Lanhoso	Pai Romeu	7 Gonçalo Mendes da Maia
Egas Paes de Bouro e de Penagate	Taveiras ²⁴	8 Pero Truitosendes
Guterre Alderete da Silva	Pero Afonso Longos	9 Munho Veegas
Pai Guterres de Tivhaens	Maria Gomes de Briteiros	10 Moço Viegas
Vasco Nunes de Barvães	Gonçalo Mendes da Maia	11 Egas Gosendes de Riba do Douro
Rodrigo Froiaz de Trastamar Vermuim Peres	Pero Truitosendes	12 Bragançãos
Nuno de Celanova	Munho Veegas	13 Aires Nunes
Airas Carpinteiro	Moço Viegas	14 Goido Araldes de Baião [Epígrafe reconstruída]
Pai Reimondo	Egas Gosendes de Riba do Douro	15 Tainha, filha de Suer Guedes que fez Várgea
Airas Nunes	Bragançãos	16 Aires Carpinteiro
Alvaro Fernandes	Aires Nunes	17 Fafes Sarracins
Pero Nunes	Tainha, filha de Suer Guedes que fez Várgea	18 Goter Alderete da Silva
Nuno Osore	Aires Carpinteiro	19 Pedro Pires de Trava
Toure Travea ²³	Fafes Sarracins	20 Vermuim Pires de Trava
Godinho Veegas de Vilar de Frades	Goter Alderete da Silva	21 Gueda, o Velho
Pedro Formareguiz	Pedro Pires de Trava	22 Vasco Gomes
Diogo Gonçalves	Vermuim Pires de Trava	23 Egas Paes de Randufe [Epígrafe reconstruída]
Soeiro de Brito	Gueda, o Velho	
Airas Calvo de Buiro	Vasco Gomes	
Pero Pires de Trava		
Nuno Soares d'Egrijó		
Egas Soares Usurei, de Cucujães		

22 Ou seja, de Pavia (Paiva). Os testemunhos mantêm, por vezes, o <h> com valor de /i/.

23 Provável deturpação de «Touris Sarna», forma que aparece noutra passagem.

24 Segundo a lição de A1; os restantes testemunhos têm «Carvoeiro».

A divergência entre a divisão indicada pelo prólogo e a divisão indicada, no texto, pelas epígrafes tem duas razões: a ausência, no texto, de linhagens referidas no prólogo e o facto de algumas epígrafes dividirem linhagens que, segundo o prólogo, seriam unitárias. Um exemplo desta última situação ocorre no início, com os Sousas. O texto começa com o seguinte encadeamento de indivíduos (omito nomes que não interessam para o problema de que trato):

Egas Gomes de Sousa (irmão de **Sancha Gomes**) ∞²⁵ Gontinha Gonçalves

Mem Viegas ∞ Tareja Fernandes

Gonçalo de Sousa

Soeiro Mendes

Châmoa Mendes

Oroana Mendes

Urraca Mendes

Gonçalo de Sousa [1.º casamento] ∞ Dórdia Viegas

Gonçalo de Sousa [2.º casamento] ∞ Urraca Sanches

Mendo

Com base nesta sequência, desenvolve-se, sucessivamente, a descendência de Gonçalo de Sousa, de Sancha Gomes, de Châmoa Mendes, de Oroana Mendes, de Urraca Mendes e de D. Mendo (os quais destaco em negrito no esquema). Ou seja, estamos, em rigor, perante uma linhagem encabeçada por Egas Gomes de Sousa (tal como indica o prólogo), da qual se vão seguindo, por ordem de gerações, as linhas de descendência. O que sucede é que, provavelmente por razões pragmáticas, cada uma dessas linhas foi autonomizada e antecedida por uma epígrafe, o que explica a divergência com o prólogo.

Como agiram Mattoso e Piel? No caso que acabo de comentar, aceitaram a divisão indicada pelas epígrafes e numeraram cada uma das linhas por elas iniciadas de I a V. Mas nem sempre seguiram este critério. Veja-se o caso do «capítulo» VI segundo a numeração da sua edição. Esse «capítulo» inclui quatro epígrafes, que anunciam, respetivamente, o início das linhagens de Pai Romeu, dos Taveiras, de Pero Afonso de Longos e de Maria Gomes de Briteiros. Contrariamente ao que sucede com o exemplo anterior, neste caso, Mattoso e Piel não autonomizaram os segmentos encabeçados por essas epígrafes. Apesar de distinto, o procedimento de Mattoso e Piel faz sentido. Com efeito, no caso dos Sousas, o indivíduo referido em cada uma das epígrafes é o elemento mais recuado dos segmentos genealógicos encabeçados por cada uma delas (os quais abrangem várias gerações ao longo de

25 *i.e.*, casado com.

séculos), e isso não sucede necessariamente com os segmentos iniciados por aquelas quatro epígrafes. Veja-se o caso do segmento encabeçado pela epígrafe indicando o início da linhagem de Maria Gomes de Briteiros. Após dar conta das linhas de descendentes de Maria Gomes, até aos trinetos, o texto prossegue com Soeiro Mendes da Maia, que viveu duzentos anos antes de Maria Gomes de Briteiros e pertence à geração dos netos de Gonçalo Trastamires, indivíduo com que se inicia esse «capítulo» VI e é, de facto, um dos fundadores mencionados no prólogo. A consideração de uma linhagem encabeçada por Maria Gomes de Briteiros e da qual faria parte Soeiro Mendes da Maia (e descendentes) não tem sentido, tendo sido essa a razão que levou Mattoso e Piel a procederem, neste caso, diferentemente do que fizeram com os Sousa²⁶. Julgo, aliás, haver razões para pensarmos que pelo menos algumas das epígrafes não constavam do texto original e foram posteriormente introduzidas por copistas. De facto, cinco das epígrafes (nenhuma das quais relativa a indivíduos mencionados no prólogo) estão erroneamente situadas: a epígrafe anunciando o início da linhagem das irmãs de Gonçalo de Sousa localiza-se, em todos os testemunhos, em 1L5 (na numeração da edição Mattoso/Piel), mas deveria estar em 2A1, e o mesmo fenómeno ocorre nos casos relativos aos inícios das linhagens de Paio Romeu, erroneamente situada em 6B6; Taveiras, erroneamente situada em 6G9; e Maria Gomes de Briteiros, erroneamente situada em 6AR10. A anomalia na localização destas epígrafes foi detetada por Mattoso e Piel²⁷, que as deslocaram para o local devido. E pode ainda acrescentar-se um caso não detetado por eles, o da epígrafe anunciando o início da linhagem de Pero Afonso Longos, localizada, nos testemunhos conhecidos e na edição de 1980, em 6T9, quando deveria estar em 6W6²⁸.

Tendo em conta que as epígrafes de manuscritos medievais são, normalmente, destacadas graficamente (com tinta de cor diferente, por exemplo), o que torna difícil que sejam colocadas em locais errados por copistas, uma explicação plausível para estas anomalias é que estejamos na presença do que seriam originalmente anotações marginais, deixadas por algum leitor por razões pragmáticas e posteriormente transformadas por copistas em epígrafes e inseridas como tal em local indevido. Em contrapartida, Mattoso e Piel destacaram dois segmentos que, nos testemunhos, nada têm que sinalize a sua autonomia. Refiro-me, como se pode ver na tabela acima, aos «capítulos» XIV e XXIII da sua edição. Uma vez mais, guiaram-se pelo critério

26 Como dizem, «este sistema levou a não considerar início de novos capítulos certas rubricas que interrompiam sem qualquer razão a sequência genealógica», MATTOSO e PIEL 1980: 19.

27 E algumas também por copistas dos manuscritos conhecidos.

28 Devo esta observação ao Professor José Augusto de Sottomayor Pizarro. Sucede que quem introduziu esta epígrafe confundiu Pedro Afonso Ribeiro (que é referido em 6T9) com Pedro Longos. Na recente edição, esta epígrafe foi deslocada para o seu devido lugar, tal como as restantes aqui mencionadas.

genealógico, pois há, em ambos estes casos, uma evidente quebra na sucessão genealógica entre os finais dos «capítulos» XIII e XXII segundo a numeração de Mattoso e Piel e os segmentos seguintes.

Novos editores do *Livro do Deão* são livres de não aceitarem todas, ou algumas, destas escolhas de Mattoso e Piel. Podem, por exemplo, considerar todo o segmento dos Sousa como uma linhagem só, ou autonomizar os segmentos encabeçados pelas epígrafes do «capítulo» VI (mais dificilmente não autonomizarão os segmentos correspondentes aos capítulos XIV e XXII). Isso terá, contudo, uma importante consequência, que é obrigar a refazer o sistema de classificação das gerações construído por Mattoso e Piel. Mas, e uma vez que esse sistema tem servido, ao longo de 40 anos, para citações em numerosos e variados estudos, será pertinente, ou viável, essa opção? Numa escala evidentemente diferente, seria o equivalente a alguém produzir uma edição da Bíblia refazendo o sistema de versículos²⁹...

3. A edição Mattoso/Piel: erro textual/erro histórico

Vejamos, por último, outro dos aspetos da edição Mattoso/Piel passíveis de reflexão. Como é normal numa edição crítica, um dos seus objetivos é o de corrigirem erros decorrentes do processo de cópia do texto. Uma vez que estamos a falar de uma obra do século XIV que chegou até nós em manuscritos 300 ou 400 anos posteriores ao momento em que foi escrita, é evidente que haverá muitos erros a corrigir. Porém, nem sempre será fácil identificar esses erros e perceber a sua origem. Entre várias razões, sobretudo por esta: o texto é composto, como disse, em cerca de 70 a 80%, por nomes e respetivas relações de parentesco. Esses nomes e essas relações correspondem, segundo a intenção e objetivos do texto, a informações verdadeiras, mas, por mais que esse tenha sido o objetivo, nenhuma construção genealógica é neutra, muito menos infalível. É lícito, pois, que nos interroguemos: como identificar um erro nestas circunstâncias, e a quem o atribuir? Mais concretamente, até que ponto podemos, ou não, identificar erros históricos com erros textuais? Porque se é inevitável que a sucessão de cópias tenha provocado muitos erros, não será menos inevitável que o próprio autor tenha também errado em nomes e/ou em relações de parentesco. Afinal, ele construiu o texto com base em fontes que nos são totalmente desconhecidas, refere-se frequentemente a indivíduos que viveram muito antes dele e tinham, por vezes, nomes entretanto caídos em desuso ou propícios a confusões. E se aos editores compete corrigir erros dos copistas, o mesmo não se dirá, pelo

29 Por esta razão, a recente edição mantém a divisão em «capítulos» numerados estabelecida pela de Mattoso e Piel, embora assinale graficamente o início e o final dos segmentos genealógicos abrangidos pelas epígrafes que não abrem novos «capítulos».

menos, de todos os erros cometidos pelo autor, sob pena de assumirem um papel mais de genealogistas do que de editores. As fronteiras, contudo, podem ser ténues.

Em termos gerais (haverá exceções que aqui não cabe indicar), diria que o pressuposto da edição de Mattoso e Piel é o de que, se há uma informação incongruente ou historicamente errada, isso deve-se a erros dos copistas e os editores devem corrigi-la, até onde seja possível. Isto implica, por vezes, não apenas o recurso (ainda que implícito) ao conhecimento histórico, mas também ao texto dos dois outros nobiliários medievais, o *Livro Velho* e o *Livro do Conde D. Pedro*. O facto de os três nobiliários se referirem, muitas vezes, aos mesmos indivíduos, e a possibilidade de o *Livro Velho* e o *Livro do Deão* terem sido fontes do *Livro do Conde*³⁰ torna esta opção compreensível. Mas, por outro lado, o facto de serem obras diferentes, de autores diferentes e com propósitos diferentes (segundo é bem visível nos respetivos prólogos) lança dúvidas sobre esta opção. Mesmo o recurso ao conhecimento histórico poderá levantar dúvidas em alguns aspetos e ser um auxiliar importante ou imprescindível, noutros.

Atentemos em alguns exemplos de tudo quanto acabo de dizer, comentando as possíveis vantagens e desvantagens destes métodos. Lê-se em todos os testemunhos do *Livro do Deão*, numa passagem do «capítulo» IX de acordo com a numeração estabelecida pela edição de Mattoso e Piel (abstrairo de diferenças ortográficas e outras, irrelevantes): «E Urraca Gil foi cazada com Pero Ouriguez de Nobrega e fez em ela João d'Aboim». Do ponto de vista linguístico, não há aqui nenhum problema (este é, de resto, o tipo de frase mais repetido ao longo dos livros de linhagens). Também não há incongruência, pois Pedro Ouriques não é mencionado em nenhuma outra passagem, e Urraca Gil apenas o é quando se trata dos seus pais e descendência deles, mas aí não se indica com quem foi casada. Todavia, Mattoso e Piel editam este trecho do seguinte modo:

E Urraca Gil foi casada com [...]

[E a sobredita Maria Veegas, filha de Egas Lourenço, foi casada com] Pero Ouriques de Nóvrega, e fez em ela João d'Aboim³¹ (MATTOSO e PIEL 1980: 14os).

30 As possíveis relações de dependência entre os três livros de linhagens não são fáceis de estabelecer, exceto, evidentemente, que o *Livro do Conde D. Pedro* não foi fonte de nenhum dos outros, e que o *Livro Velho* não teve nenhum dos outros como fonte.

31 Segundo as convenções adotadas pela edição, reticências entre parêntesis retos indicam lacunas, texto entre parêntesis retos indica segmentos que não existem nos testemunhos.

Foi, certamente, a circunstância de Pedro Ourigues da Nóbrega ser uma figura histórica bem conhecida e saber-se o nome da sua mulher que conduziu a esta solução. Além disso, Maria Viegas é trineta de Mónio Viegas, um dos indivíduos mencionados no prólogo e com o qual se inicia este «capítulo» IX, sendo, por isso, referida previamente (o que explica aquele «sobredita»). A solução de Mattoso e Piel é, por isso, plausível, embora arriscada (o texto original poderia conter mais informações ou ter outra forma)³². Temos, assim, um exemplo de como o recurso ao conhecimento histórico é imprescindível para se detetarem problemas no texto, mesmo que se decida não o usar como base de reconstruções/correções.

Podemos, até, ir mais além do que a edição de 1980 na identificação de possíveis passagens problemáticas. Assim, por exemplo, um dos indivíduos mencionados no prólogo é Soeiro de Brito, do qual não se volta a falar. Como já notou Almeida Fernandes (1990: 369), é possível estarmos perante uma deturpação de Oeiro (ou Oer) de Brito, uma figura histórica contemporânea de Afonso VI (época em que, recorde-se, viveram, segundo o texto, os fundadores das linhagens), cujo nome, pouco comum em épocas posteriores, teria sido transformado num, mais corrente, «Soeiro». Outro caso: em 18F7, todos os testemunhos (e também a edição de Mattoso e Piel) referem uma «lide de Pellicas», em que João Nunes de Lara I foi preso e trazido à presença do rei D. Dinis. Pela leitura de crónicas castelhanas da época, percebe-se que se trata de um confronto ocorrido na localidade de Peleas (Zamora) (SARACINO 2014: 166)³³, pelo que pode haver aqui um erro. Ainda que o editor não se sinta à vontade para corrigir estas passagens, ganhará em estar consciente dos possíveis problemas que contêm³⁴.

O recurso aos dois outros nobiliários para detetar ou corrigir erros é, talvez, mais arriscado. Vejamos um caso paradigmático, o do início do «capítulo» XIV. Esta tabela mostra o que se lê nos testemunhos e na edição Mattoso/Piel:

32 Por esta razão, a recente edição indica a existência de lacuna textual nesta passagem, mas não procede à sua reconstrução, limitando-se a referir a solução adotada por Mattoso e Piel no respetivo comentário. Algum editor poderia, no entanto, e em sentido contrário, ir mais além no processo reconstrutivo, supondo, por exemplo, que Urraca Gil era casada com um Pedro, cujo nome teria motivado um erro por proximidade de trechos idênticos (casada com Pedro... casada com Pedro). Só o conhecimento histórico, porém, permitiria, em qualquer caso, detetar a anomalia.

33 «Peleas» é também a forma usada no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*: MATTOSO 1980: 158.

34 Estas duas passagens, tal como outras do mesmo tipo, são comentadas na recente edição.

Testemunhos ¹	Ed. Mattoso/Piel ²
<p>Payo Soares onde vem os de Cequiavi, Aldonça Nunes filha de Nuno Fernandes, e neta de D. Fernando Armentares, [e o sobredito D. Sueyro Mendes, que fez o mosteiro de Vargea] e Dom Fernando foi casado com hũa dona, e fege nella Nuno Velho, Payo Soares de Armentares, onde vem os de Cequiavi [<i>sic</i> tudo] e os de Ayro e D. Maria Soares a Taranha, e D. Gontinha Soares. Esta Dona Gontinha Soares foi casada [...]</p>	<p>[XIV] [AQUI SE COMEÇA O LINHAGEM DE DOM GOIDO ARAldES DE BAIAM] [<i>Dom Goido Araldez foi casado com uma dona e fez em ela dous filhos: o primeiro filho houve nome Troitosendo Gueendes. que fundou o mosteiro do Paaço, como de suso dito é; e o outro filho houve nome dom Soer Gueendes, que fundou o mosteiro de Varzea de Cádavo</i>]. E o sobredito dom Sueiro [Gue]endes, que fez o mosteiro de Vargea, foi casado com uma dona e fege nela Nuno Velho e dona Maria Soares [e dona Leogunda Soares], a Taranha, e dona Gontinha Soares. Esta Gontinha Soares foi casada [...]</p>

Não é necessário deter-me em todas as operações e raciocínios que conduziram a esta solução (alguns explicitados pelos editores, outros dedutíveis). Em termos gerais, o que se passa é o seguinte. Percebe-se que o excerto dos testemunhos aqui transcrito não tem relação com o texto antecedente, o que indicia o começo de uma nova linhagem. Por outro lado, a primeira epígrafe que se segue à porção de texto iniciada por este segmento diz: «Aqui se acaba o linhagem de Nuno Velho, e começa-se o de Tainha³, filha de Dom Suer Guedes, que fez Vargea». Isso mostra que o segmento prévio a esta epígrafe (ou seja, o segmento a que pertence o excerto aqui transcrito) referia, no seu início, os irmãos Nuno Velho e Tainha, filhos de Soeiro Guedaz (ou Gueendes), e prosseguia, de acordo com a estrutura habitual do livro, com as linhas de descendência de Nuno Velho. Terminada esta, volta-se atrás, e desenrolam-se as linhas de descendência de Tainha, autonomizando-as com recurso a uma epígrafe, tal como acontece com o exemplo dos Sousa que atrás comentei. A solução da edição é, pois, compreensível⁴. Porém, para reconstruir o texto,

1 Transcrevo o texto da edição de Caetano de Sousa (p. 185). O trecho entre parêntesis reto está à margem nessa edição, o que significa que constava da cópia de Pedrosa, mas não da de Afonso de Torres (recorde-se o que digo no início, sobre as características dos manuscritos utilizados por Sousa na sua edição). O mesmo trecho consta também dos manuscritos *P* e *Az*.

2 Mantenho as convenções gráficas da edição, mas disponho o texto de forma corrida.

3 «Taranha», no excerto transcrito.

4 Também é compreensível a omissão do confuso segmento iniciado por «Payo Soares onde vem os de Cequiavi», cuja função naquele lugar não se entende. Mattoso e Piel deslocam-no, com reformulações, para um momento posterior, onde parece fazer genealógicamente sentido, ainda que não deixem de expor muitas

Mattoso e Piel recorreram ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, concretamente ao início do título 42, de onde copiaram, com alterações, as passagens em itálico. Pois bem, o recurso ao *Livro do Conde* neste segmento é passível de discussão, e não apenas pelas razões gerais de que atrás falei. Uma das diferenças de conceção entre os diferentes nobiliários medievais é o âmbito cronológico. Enquanto, como vimos, o conteúdo do *Livro do Deão* não vai além da época de Afonso VI, quer o *Livro Velho*, quer o *do Conde* iniciam, normalmente, as linhagens em épocas bem mais recuadas. É comum, por isso, encontrarmos no *Livro do Conde* os antepassados dos primeiros indivíduos das respetivas linhagens indicados no *Livro do Deão*. Ora, uma vez que Soeiro Guedaz da Várzea é um dos fundadores mencionados no prólogo do *Livro do Deão*, parece-me provável que fosse com ele (e não com seu pai, nem com seu irmão) que se iniciava, originalmente, este segmento do *Livro do Deão*, e que o *Livro do Conde* tenha acrescentado por sua conta os antecedentes. Estaremos, assim, perante um bom exemplo dos potenciais riscos de se recorrer ao texto de um dos nobiliários para corrigir erros de algum dos outros⁵.

Terminando

Haveria muitas outras situações a comentar, mas creio que as de que aqui tratei são uma boa amostra do tipo de questões decorrentes de duas tarefas logicamente prévias (mas não menos relevantes) à realização de uma nova edição do *Livro do Deão*: analisar detidamente a tradição manuscrita da obra e a edição de referência, a de José Mattoso e Joseph Piel. Se a primeira destas tarefas é comum a qualquer novo processo editorial, a segunda nem sempre será imprescindível. Porém, neste caso, é-o, e por várias razões. A edição Mattoso/Piel desbastou com eficácia muitas das asperezas de um texto que, pelas suas características e pela forma como nos chegou, é francamente difícil. Tornou-o, assim, mais compreensível e utilizável, criou pontos de referência e definiu ferramentas, incluindo algumas que podem servir para a melhorar, ou dela nos afastarmos. Há, e haverá sempre, um antes e um depois da edição Mattoso/Piel na história editorial dos nobiliários medievais. Aplica-se-lhe, com pertinência total, a célebre frase medieval dos anões aos ombros de gigantes.

dúvidas. Não é impossível, diria, que estejamos perante mais um caso em que uma nota marginal foi inserida no interior do texto em algum momento da sua transmissão.

5 Mas haverá também a ter em conta que não seguir as opções da edição Mattoso/Piel neste passo pode obrigar a refazer o sistema de classificação das gerações. Por isso, a recente edição, embora não adote a reconstrução do início do «capítulo» XIV elaborada por Mattoso e Piel, mantém, sem alteração, a numeração das gerações, opção explicada em comentário final. A explicação que forneço neste trabalho é, contudo, mais extensa e detalhada.

Bibliografia

- ASKINS, Arthur *et al.* – BITAGAP: *Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses*. Disponível em <<https://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/index.html>>. Consult. 25 jul. 2022.
- BLUTEAU, Rafael (1716) – *Vocabulario Portuguez & Latino*. Lisboa: Na Oficina de Pascoal da Silva. Vol. v, p. 88.
- CATALÁN, Diego e ANDRÉS Maria Soledad de, eds. (1970) – *Crónica General de España de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos Don Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos; Fundación Ramón Menéndez Pidal.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1990) – *História de Lalim. Homenagem de Lalim ao Conde D. Pedro*. Lamego: Câmara Municipal.
- MATTOSO, José e PIEL, Joseph, eds. (1980) – *Livros Velhos de Linhagens*. Lisboa: Academia das Ciências. (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Vol. I).
- MATTOSO, José, ed. (1980) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Lisboa: Academia das Ciências. (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Vol. II).
- MOREIRA, Filipe Alves e FERREIRA, João Paulo Martins, eds. (2019-2020; 2022) – *Livro de Linhagens do Deão*. Lisboa: Academia das Ciências. (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Vol. XI).
- PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (1999) – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna.
- Portugaliae Monumenta Historica* (1860) – *Scriptores*. Vol. I. Fasc. II e III. Lisboa: Academia das Ciências.
- SARACINO, Pablo, ed. (2014) – *Crónica de Sancho IV*. Buenos Aires: Secrit.
- SOUSA, António Caetano de (1739-1748) – *Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana. 6 vols.
- TAROUCA, Carlos da Silva (s.d.) – *Catálogo dos manuscritos da biblioteca dos Duques de Cadaval*. 2 vols. (Datilografado).

Antes e depois de editar

ESTUDOS FILOLÓGICOS

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL
ESTUDOS

Editar não se resume a estabelecer texto; nem estabelecer texto, filologicamente, se faz sem edição, isto é, sem argumentação: prévia, paralela, posterior. Porém, se retirarmos o texto a editar ao estudo filológico, impõe-se, no resultado, a autonomia disciplinar ou a autorreflexão. Prova-o este mesmo volume de estudos filológicos, cujos autores, provocados com o repto da abstinência editorial, ou seja, com o repto da abstinência de texto a editar, responderam precisamente destas três formas: mantendo o texto nos seus estudos e assim declarando não haver, para a Filologia, nem antes nem depois da edição; voltando-se para a reflexão sobre os seus métodos, princípios e história; desviando-se para uma das disciplinas filológicas. Ou respondendo de várias destas formas, no mesmo estudo.

Ângela Correia, Antes e depois de editar. Estudos Filológicos. *What's in a name?*

